

Dianova Portugal

Relatório de Gestão e Contas

2020

Balanço

Associação Dianova Portugal

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	4 343 304,18	4 479 479,31
Investimentos Financeiros			-
Outros Investimentos Financeiros			
Subtotal		4 343 304,18	4 479 479,31
Ativo corrente			
Inventários		-	-
Créditos a receber		189 683,82	158 556,22
Estado e outros Entes Públicos	11.4	11 023,99	16 315,69
Diferimentos	11.1	5 331,78	5 746,92
Outros ativos correntes		123 551,60	244 470,64
Caixa e depósitos bancários	11.2	25 069,18	44 921,28
Subtotal		354 660,37	470 010,75
Total do Ativo		4 697 964,55	4 949 490,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.3	1 727 949,74	1 727 949,74
Reserva		-	-
Resultados Transitados		(915 108,74)	(655 672,33)
Outras variações nos fundos patrimoniais		3 587 775,44	3 587 775,44
Resultado líquido do período		(303 607,31)	(259 436,41)
Total do fundo do capital		4 097 009,13	4 400 616,44
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	524 527,64	417 612,89
Subtotal		524 527,64	417 612,89
Passivo corrente			
Fornecedores		13 300,51	35 771,78
Estado e outros Entes Públicos	11.4	11 000,24	17 086,54
Diferimentos		-	7 803,20
Outras passivos correntes		52 127,03	70 599,21
Subtotal		76 427,78	131 260,73
Total do passivo		600 955,42	548 873,62
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 697 964,55	4 949 490,06

Demonstração dos Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	6	92 475,91	167 738,32
Subsídios, doações e legados à exploração	7	420 682,65	486 936,83
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(37 865,29)	(53 056,67)
Fornecimentos e serviços externos	11.5	(184 649,74)	(356 499,69)
Gastos com o pessoal	9	(469 701,94)	(440 039,13)
Provisões específicas (aumentos/reduções)			-
Outros rendimentos	11.6	25 184,24	163 319,82
Outros gastos	11.7	(16 169,15)	(92 890,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(170 043,32)	(124 491,29)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(128 627,94)	(128 627,94)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(298 671,26)	(253 119,23)
Juros e rendimentos similares obtidos	11.8	-	38,94
Juros e gastos similares suportados	11.8	(4 936,05)	(6 356,12)
Resultados antes de impostos		(303 607,31)	(259 436,41)
Resultado líquido do período	8	(303 607,31)	(259 436,41)

Anexo às Demonstrações Financeiras

Dianova Portugal – Intervenção em Toxicod dependências e Desenvolvimento Social

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Dianova Portugal é uma associação sem fins lucrativos que foi constituída em 18 Julho de 1984 e tem a sua sede social em Quinta das Lapas Monte Redondo, 2565-517 Monte Redondo, freguesia de Maxial e Monte Redondo, concelho do Torres Vedras.

Tem como atividade a educação e promoção da saúde, tratamento e reinserção de toxicod dependentes, apoio a crianças e jovens em risco, apoio à integração social e comunitária de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e outras situações de dificuldades pontuais, dinamizar de ações de sensibilização e formação e promover e potenciar no âmbito da cooperação para o desenvolvimento à escala internacional a divulgação, educação, execução e formação adequadas ao progresso social (conforme consta dos Estatutos atualizados publicados no Diário da República n.º 36 de 22/02/2010, Série II).

É especializada na prevenção e promoção de saúde, no tratamento dos Comportamentos Aditivos, na reintegração sócio-profissional e inclusão social. Oferece ainda serviços de apoio psicossocial e de formação e capacitação de Pessoas e Organizações.

Presente em Portugal como agente activo integrante da rede de saúde e social, a Dianova Portugal – Intervenção em Toxicod dependências e Desenvolvimento Social, é publicamente reconhecida desde 1993 como uma Instituição Particular de Solidariedade Social, Associação de Utilidade Pública e desde 2011 Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelos Órgãos Sociais. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de sócios, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Os Órgãos Sociais entendem que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março.

A Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2020 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a manter a atividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir os fins para os quais foi constituída.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. As depreciações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

A Associação encontra-se isenta de IRC ao abrigo da alínea b) n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates e Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 623 400,00		-	-	-	1 623 400,00
Edifícios e outras construções	3 620 300,00		-	-	-	3 620 300,00
Equipamento básico	214 902,63		(49 296,50)	-	-	165 606,13
Equipamento de transporte	339 362,44			-	-	339 362,44
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	87 165,21	-	-	-	-	87 165,21
Outros Ativos fixos tangíveis	44 882,88	-	-	-	-	44 882,88
Total	5 930 013,16	-	(49 296,50)	-	-	5 880 716,66
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	771 767,88	128 627,94				900 395,82
Equipamento básico	214 826,19		(49 296,50)	76,44		165 606,13
Equipamento de transporte	339 331,72			30,72		339 362,44
Equipamento biológico	-			3 229,06		3 229,06
Equipamento administrativo	83 936,15	-				83 936,15
Outros Ativos fixos tangíveis	40 671,91			4 210,97		44 882,88
Total	1 450 533,85	128 627,94	(49 296,50)	7 547,19	-	1 537 412,48
Total Activo Líquido						4 343 304,18

31 de Dezembro de 2019					
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates e Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-2019
Custo					
Terrenos e recursos naturais	2 235 400,00		(612 000,00)	-	1 623 400,00
Edifícios e outras construções	4 381 300,00		(761 000,00)	-	3 620 300,00
Equipamento básico	562 775,70		(298 576,57)	-	264 199,13
Equipamento de transporte	339 362,44		-	-	339 362,44
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	94 694,67	-	(7 529,46)	-	87 165,21
Outros Ativos fixos tangíveis	49 393,75	-	(4 510,87)	-	44 882,88
Total	7 662 926,56	-	(1 683 616,90)	-	5 979 309,66
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-				-
Edifícios e outras construções	795 970,27	141 408,00	(165 610,39)		771 767,88
Equipamento básico	555 175,84	-	(291 053,15)		264 122,69
Equipamento de transporte	339 331,72		-		339 331,72
Equipamento biológico	-		(7 529,46)		(7 529,46)
Equipamento administrativo	91 465,61	-	(4 510,87)		86 954,74
Outros Ativos fixos tangíveis	45 182,78				45 182,78
Total	1 827 126,22	141 408,00	(468 703,87)	-	1 499 830,35
Total Activo Líquido					4 479 479,31

6 RÉDITO

Para o período de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	-	-
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outros (Utentes)	92 475,91	167 738,32
Total	92 475,91	167 738,32

7 SUBSÍDIOS, APOIOS E DOAÇÕES

Na tabela seguinte estão explícitos os valores dos subsídios do governo e outras entidades reconhecidos em 2019 e 2020:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centros Distritais		
Acordo de Cooperação	31 631,15	16 205,55
Medida Excepcional Temporária	3 001,77	
Programa ADAPTAR SOCIAL + (ISS)	5 388,20	-
Outras entidades públicas		
Camas Protocoladas	134 379,82	222 702,00
Medida Estágios Emprego	10 240,75	40 031,20
POISE Proj. 03-4231	-	170 861,13
Outras entidades		
Dianova Internacional	170 000,00	
Total	354 641,69	449 799,88

Descrição	2020	2019
Doações e Heranças	66 040,96	37 136,95
Donativos em dinheiro	6 391,95	5 021,85
Donativos em géneros	59 649,01	32 115,10
Total	66 040,96	37 136,95

8 CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2020 a rubrica de “Financiamentos” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	159 709,47	159 709,47	-	52 794,72	52 794,72
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de Factoring	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	364 818,17	364 818,17	-	364 818,17	364 818,17
Total	-	524 527,64	524 527,64	-	417 612,89	417 612,89

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2020			2019		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	-	-	-
De um a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Mais de cinco anos	15 085,25	4 058,93	19 144,18	13 505,28	3 971,80	17 477,08
Total	15 085,25	4 058,93	19 144,18	13 505,28	3 971,80	17 477,08

O financiamento existente (financiamento à actividade empresarial) foi contraído em 2013 pelo valor inicial de 100.000 €. Em 2020 recorreu ainda a um Empréstimo Conta Corrente sendo o saldo a 31 de dezembro de 122.000€. A 31 de Dezembro o valor total em dívida era de 159.709,47 €.

9 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	395 433,33	364 380,26
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	(1 102,55)	3 080,80
Encargos sobre as Remunerações	71 393,04	69 223,21
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 977,11	3 354,86
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	1,01	-
Total	469 701,94	440 039,13

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 27 pessoas e em 31/12/2020 foi de 21 pessoas.

10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. A situação da Entidade perante a Segurança Social e Administração Tributária encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Seguros	4 831,78	497,64
Outros	500,00	5 249,28
...	-	-
Total	5 331,78	5 746,92
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios para Investimentos	-	7 803,20
Outros	-	-
...	-	-
Total	-	7 803,20

11.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	4 246,08	119,58
Depósitos à ordem	20 823,10	44 801,70
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	25 069,18	44 921,28

11.3 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações em 2019 e 2020:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	1 727 949,74	-	-	1 727 949,74
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(655 672,33)		(259 436,41)	(915 108,74)
Excedentes de revalorização	3 587 775,44	-		3 587 775,44
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	4 660 052,85	-	(259 436,41)	4 400 616,44

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	1 727 949,74	-	-	1 727 949,74
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(340 021,69)		(315 650,64)	(655 672,33)
Excedentes de revalorização	4 637 093,87	-	(1 049 318,43)	3 587 775,44
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	6 025 021,92	-	(1 364 969,07)	4 660 052,85

11.4 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	11 023,99	16 226,59
Outros Impostos e Taxas	-	89,10
Total	11 023,99	16 315,69
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3 188,20	2 654,00
Segurança Social	7 812,04	9 270,17
Outros Impostos e Taxas	-	5 162,37
Total	11 000,24	17 086,54

11.5 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	70 560,68	170 751,04
Materiais	33 243,66	7 470,87
Energia e fluidos	43 987,63	48 211,49
Deslocações, estadas e transportes	3 098,42	17 915,66
Serviços diversos	33 759,35	112 150,63
Comunicação	6 545,92	8 192,29
Rendas e Alugueres (Equipam. e Outros)	7 982,42	23 301,65
Limpeza, higiene e conforto	7 929,99	3 064,03
Seguros	11 265,66	11 902,01
Contencioso e notariado	35,36	240,26
Outros serviços (Apoios Formandos)	-	65 450,39
Total	184 649,74	356 499,69

11.6 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma a 31 de Dezembro de 2019 e 2020:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	9 850,00	9 100,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	7 439,51	28 287,38
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	110 010,22
Outros rendimentos e ganhos	7 894,73	15 961,16
Total	25 184,24	163 358,76

11.7 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma a 31 de Dezembro de 2019 e 2020:

Descrição	2020	2019
Impostos	766,12	421,14
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	683,00	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,12	81 853,27
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	14 719,91	10 616,36
Total	16 169,15	92 890,77

11.8 Resultados Financeiros

No período de 2020 os gastos e rendimentos relacionados com juros e similares foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4 169,08	5 013,01
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	766,97	1 382,05
Total	4 936,05	6 395,06
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	38,94
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	38,94
Resultados financeiros	(4 936,05)	(6 356,12)

11.9 Imposto sobre o Rendimento

Tal como no ano de 2019, em 2020 não houve pagamento de imposto sobre o rendimento.

Descrição	2020	2019
IRC Liquidado	-	-
Tributação Autónoma	-	-
Total	-	-

11.10 Acontecimentos após data de Balanço

Tal como já referenciado nas contas de 2019, prolongaram-se os efeitos da pandemia com a disseminação do vírus “Covid-19”. Esta situação e a sua evolução, continua a ter impactos na economia global, com muitos países incluindo Portugal, a decretarem o confinamento obrigatório.

Apesar dos impactos decorrentes da pandemia COVID-19, o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras mantém-se apropriado à data de autorização para emissão do Relatório e Contas do ano 2020.

A Direcção tem vindo a monitorizar esta situação, mas com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações, embora tudo dependa do evoluir da situação.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas em 18 de Maio de 2021.

A DIRECÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO
